

Ação na forma pensada: presença filosófica, política e educativa de Francisco Vieira de Almeida na Seara Nova¹

Action in the form thought: Philosophical, Political and Educational Presence of Francisco Vieira de Almeida in Seara Nova

LUÍS MANUEL A. V. BERNARDO

Professor Catedrático e investigador integrado no IFILNOVA da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa
lm.bernardo@fcsb.unl.pt

RESUMO

Neste artigo, analisa-se o *corpus* constituído pelos contributos do filósofo Francisco Vieira de Almeida (1888-1962) para a *Seara Nova*, uma das revistas portuguesas mais relevantes no século XX. A orientação cultural, reformista, democrática e pluridisciplinar dessa publicação permitiu-lhe congregar diferentes autores e tendências, dando azo à coexistência de múltiplos *corpora*, cujas identidades procuram articular-se com a linha editorial de base. No caso do conjunto em estudo, torna-se particularmente visível toda uma dinâmica de intencionalidades plasmada nos textos, a qual revela o modo como a *Revista* se afigura, para o Professor da Faculdade de Letras, o lugar ideal para cruzar pontos de vista académicos, culturais e políticos. O tratamento de tais escritos, que decorrem do diálogo entre discursos e contextos, combina a intratextualidade e a intertextualidade, a par de percursos inferenciais pela dobra de estória e História, uma metodologia interpretativa compósita, destinada a tornar perceptível a hibridez textual que materializa o reticulado de perspetivas e planos de intervenção.

Palavras-Chave: História da Cultura. Filosofia da Cultura. Revistas. Francisco Vieira de Almeida. Modernidade.

ABSTRACT

This article analyzes the *corpus* constituted by the contributions of the philosopher Francisco Vieira de Almeida (1888-1962) to *Seara Nova*, one of the most relevant Portuguese journals in the twentieth century. The cultural, reformist, democratic and multidisciplinary orientation of this publication allowed it to bring together different authors and tendencies, giving rise to the coexistence of multiple *corpora*, whose identities are articulated with the editorial line. In the case of the set under study, a whole dynamic of intentionality embodied in the texts becomes particularly visible, which reveals how the Journal appears, for the Professor of the Faculty of Letters, the ideal place to cross academic, cultural, and political points of view. The treatment of such writings, which result from the dialogue between discourses and contexts, combines intratextuality and intertextuality, along with inferential paths through the folding of story and history, a composite interpretive methodology, aimed at making perceptible the textual hybridity that materializes the mesh of perspectives and intervention plans.

¹ Recebido em 10 novembro de 2023. Aprovado em 06 de dezembro de 2023

Keywords: History of Culture. Philosophy of Culture. Journals. Francisco Vieira de Almeida. Modernity.

INTRODUÇÃO: Percursos na Seara Nova

A revista *Seara Nova* (1921-) impõe-se no panorama cultural português pelo alcance reformador e democrático do seu escopo ideológico, estabelecido desde o início e consolidado sucessivamente, bem como pela monumentalidade do empreendimento, que resulta do número de volumes publicados, da quantidade de colaboradores, oriundos dos mais variados quadrantes, garantindo a sua extraordinária longevidade. Tal significa que o objeto material, constituído por essa massa diversificada de contributos, que se espriam por mais de um século da complexa e controversa história contemporânea, detém uma existência própria, que não se esgota na intenção dos seus fundadores ou no projeto matricial que a configurou. Este modo autónomo de existência não se reduz à fisicalidade da publicação. Nele avulta igualmente a expressão variada das formas de pensamento, mais ou menos convergentes entre si e com a linha editorial predominante, refletindo as perspetivas doutrinárias e as idiosincrasias dos muitos participantes. Trata-se, por conseguinte, de um desses casos que «ganhou uma expressão tão intensa que aconselha a considerar esta modalidade de imprensa, nos traços que determinam a sua peculiaridade, como objecto de investigação e de reflexão autónomo».² Abrem-se, assim, diferentes aproximações possíveis do mesmo objeto epistemológico, umas mais dedicadas a aspetos estruturais definidores dessa materialidade, outros mais orientados para os contextos de produção e receção, outros, ainda, apostados em fazer valer um *corpus* textual ou sistemático associado a um ou mais intervenientes.

Não cabe, como se depreende, contestar a importância de continuar a inquirir o alcance da cisão entre os autores da revista *A Águia* (1910-1932), editada no Porto como órgão do movimento denominado «Renascença Portuguesa», e os seareiros; de procurar o que moveu os congregados da Biblioteca Nacional, em torno de Jaime Cortesão e Raul Proença, a materializarem «uma renascença da Renascença»³ num projeto cultural em que se incluía como órgão decisivo a *Seara Nova*; de aprofundar o ideário filosófico, *lato e stricto sensu*, daqueles que lhe ficaram associados como patronos e mentores, muito

²Luís Andrade, «Pensamento e Atualidade: As Revistas no Século XX», *Cultura-Revista de História e Teoria das Ideias*, vol. 29, 2009, p. 21.

³Luís Andrade, *O Essencial sobre a Seara Nova*, Lisboa, INCM, 2021, p. 30.

particularmente na relação que tais convicções detêm com o consagrado «espírito seareiro», essa idealização, generosa, inclusiva e tolerante, de uma reforma geral da república em função de valores democráticos, progressistas e cosmopolitas.

Como é insofismável, a particularidade da *Seara Nova*, nomeadamente no que respeita à sua linha editorial mais constante, resulta determinada de modo indelével pelo ideário inaugural, tanto mais que «o grupo inicial estava destinado a dirigir a revista durante quatro decénios, primeiro por Raul Proença (1921-1927), depois por António Sérgio (1927-1939), de seguida por Câmara Reis (1940-1961) e finalmente por Augusto Casimiro (1961-1967)». ⁴ A este propósito, releva o facto de Raul Proença ter fixado textualmente as orientações de base que deveriam nortear a revista, tornando-as públicas logo no primeiro número, o que acaba por agregar todos os desenvolvimentos futuros a esse esquema arqueológico e gerar uma espécie de bitola com a qual cabe, eventualmente, medir a maior ou menor proximidade dos conteúdos veiculados pelos artigos. Afigura-se igualmente digna de consideração a quantidade muito significativa de contributos literários com que acompanharam esse exercício gestor, a qual pesa na própria feição de muitos números da revista e, *in fine*, na perceção da intencionalidade que assiste ao conjunto. ⁵

Em suma, se esses estudos, ⁶ em torno das diferentes modalidades do influxo que condicionou o perfil da revista, permanecem essenciais e manifestam o manancial da constelação originária, é chegada a altura de começar a analisar outros aspetos do produto, que sobressaem da intencionalidade fundacional, e que assumem uma identidade própria, enquanto fazem parte integrante da revista, tomada como objeto epistemológico *per se*. Desde logo, cabe considerar os contributos dos muitos outros autores que nela encontraram um meio de expressão adequado. Essas colaborações podem configurar diferentes *corpora*, seja, por exemplo, na forma do conjunto de entradas com um mesmo nome de autor e/ou os seus correlatos pseudónimos, seja na de segmentos desse volume

⁴ *Ibidem*, p. 12.

⁵ Cf. *Ibidem*, pp. 56-57, a tabela com a contabilidade dos principais contributos. Os quatro diretores referidos escreveram, respetivamente, o seguinte número de peças: Raul Proença, 228; António Sérgio, 311; Luís da Câmara Reis, 251; Augusto Casimiro, 237.

⁶ V., por exemplo, Pedro Calafate (dir.), *História do Pensamento Filosófico Português*, vol. V, tomo 1, Lisboa, Caminho, 2000; António Reis, *Raul Proença: Biografia de um Intelectual Político Republicano*, 2 vols., Lisboa, INCM, 2003; Amon Pinho et al., *Proença, Cortesão, Sérgio e o Grupo Seara Nova*, Lisboa, CFUL, 2015; Maria de Lourdes Sirgado Ganho (coord.), *Dicionário Crítico de Filosofia Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2016.

autoral, seja na de autorias congregadas pelos contextos, pelas perspectivas ou pelas orientações doutrinárias.

Este tipo de análise pressupõe o acesso ao conjunto monumental dos números da revista, em busca das ocorrências que permitem a identificação dos *corpora*. Ora, esta tarefa elementar está extremamente facilitada pela edição eletrónica da totalidade da *Seara Nova*, no âmbito da investigação desenvolvida pelo Seminário Livre de História das Ideias, integrado no CHAM – Centro de Humanidades da NOVA FCSH e da UAç e disponibilizada em 2017 na *RIC*, uma plataforma online de Revistas de Ideias e Cultura da responsabilidade do referido Seminário (http://ric.slhi.pt/Seara_Nova/revista).

O nosso artigo inscreve-se nesta linha de investigação e tem na sua base os índices disponibilizados pela plataforma. Trata-se de uma incursão pelo contributo de Francisco Lopes Vieira de Almeida (1888-1962),⁷ Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, desde 1915, primeiro no grupo de História, depois, a partir de 1922, na secção de Filosofia, tendo obtido a cátedra em 1930. Lecionou uma quantidade incomum de disciplinas, dedicando os seus escritos, incluindo os de cariz propriamente filosófico, a uma série igualmente invulgar de áreas, no que se manifesta uma retomada contemporânea da fórmula do humanismo renascentista. Ficou sobretudo conhecido como autor de um ensaio intitulado «Dispersão do Pensamento Filosófico Português» (1943),⁸ traço que, em tempos de guerra, valorizava contra o pendor excessivamente sistemático de outras filosofias nacionais, como a alemã, a seu ver, intolerante logo na pretensão a uma coerência exclusiva, mas que a inquietação da *intelligentzia* pátria com a falta de modernidade converteu em argumento recorrente, comprovativo de uma fragilidade constitutiva da realidade existencial portuguesa. Na Academia, é igualmente identificado como introdutor da lógica formal em Portugal, o que faz com que seja incluído de imediato na corrente positivista, equívoco que procurou desfazer no Prefácio a uma das suas obras maiores, *Pontos de Referência* (1961),⁹ ao avançar a distinção entre positivismo como sistema, que não seguiu, antes constantemente criticou, como limite do

⁷ Para uma visão geral da figura e da obra, vd. Luís Manuel A. V. Bernardo, *O Essencial sobre Vieira de Almeida*, Lisboa, INCM, 2008 e AA.VV., *Vieira de Almeida, Colóquio do Centenário*, Lisboa, Departamento de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1991.

Os escritos principais do autor encontram-se em Vieira de Almeida, *Obras Filosóficas*, 3 vols, Lisboa, FCG, 1986-1988, doravante *OF*, I-III.

⁸ *OF*, II, p. 463 e ss..

⁹ *OF*, III, p. 185 e ss.. CF. Luís Manuel A. V. Bernardo, «Vieira de Almeida: Pontos de Referência (1961)», Maria de Lourdes Sirgado Ganho (coord.), *Dicionário Crítico de Filosofia Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2016, pp. 576-579.

conhecimento, critério a que recorreu regularmente, mas não de modo exclusivo, e como atitude positiva, «recusando sistema feito e limite estabelecido»,¹⁰ que praticou e intentou disseminar.

Essa atipia intencionada torna a sua proposta filosófica ímpar no panorama universitário português, enquanto se entrosa com a profusão de interesses culturais apontada, afasta a tentação de um qualquer sincretismo. Antes, sobressai uma forma de unificação por via de uma mesma atitude de positividade, inspeção crítica do sentido de qualquer objeto, fruído ou analisado, e a prossecução de um esquema mental que busca a problemática central, a relança nos termos mais adequados e aponta os caminhos da coerência possível. Esta zetética, dependente de uma tecnicidade filosófica complexa, em conformidade com a ideia de que a filosofia contemporânea se deve associar ao conhecimento científico, no que designa como uma «osmose científico-filosófica», assume como tarefa indispensável o questionamento das evidências pseudocientíficas e pseudofilosóficas, teóricas ou práticas.¹¹

Seria, porém, errado só ver o traço formalista dessa polemologia ou equacionar a sua omnipresença na obra como um fim em si mesmo. Antes, o que está verdadeiramente em causa é a expectativa de alterar o padrão da racionalidade dominante, mormente na sociedade portuguesa, modernizá-la na maneira de perspetivar a realidade, substituindo o pendor para a coisificação pelo entendimento do carácter relacional do pensamento e do pensado, primeiro, pela fluidificação dos esquemas mentais enraizados, depois, pela progressiva integração das variáveis relacionais alternativas, por fim, pela incorporação de uma deontologia crítica, que não confunda a saturação de tais variáveis com uma figura definitiva do real, imanente ou transcendente, mas se obrigue a sujeitá-la constantemente aos novos desenvolvimentos gnosiológicos.

UM CORPUS PLURIVALENTE

Cabe notar, desde logo, que estes vários aspetos estão presentes nos textos publicados na *Seara Nova*, configurando uma ensaística peculiar, na qual o carácter circunstancial dos artigos ou a diversidade temática nunca se desvinculam da prática

¹⁰ *OF*, III, p. 188.

¹¹ Cf. Luís Manuel A. V. Bernardo, “Introdução ao problema do conhecimento em Pontos de Referência de Francisco Vieira de Almeida”, *Cultura – Revista de História e Teoria das Ideias*, II Série, vol. 29, Lisboa, CHC/Húmus, pp. 33-63.

argumentativa, de modo que o propósito interventivo, social, cultural ou político, resulta sempre envolvido por considerações teóricas fundamentais e referências predominantemente acadêmicas. Esta maneira de continuar a filosofar por outras vias, se pode surpreender, ou mesmo pesar, numa textualidade que se tem habitualmente por menos metódica, manifesta a voz dominante do lente de filosofia, que se afigura comprometida com a expressão de um processo avassalador de análise, crítica e contra-argumentação. Prática que, por ser permanente e transversal, acaba por definir um estilo, e assim permitir que o *corpus* seja constituído a partir da autoria.

Este resulta num conjunto de 14 extratos, relativos a 11 composições, algumas publicadas em mais do que um número, que saíram, de modo relativamente esparso, entre 1921 e 1963 (já como inédito). Tematicamente, distribuem-se entre a história, a política, a cultura e as artes. Metodologicamente, combinam análise teórica, problematização filosófica, argumentação crítica, enunciação da solução alternativa adequada. Assumem uma característica episódica, à primeira vista algo irrelevante, aqui a crítica de um livro, ali o texto de apresentação de um recital de poesia ou de música, em vários, a tomada de posição sobre uma opinião dominante na mentalidade da época com impacto na ideologia política. Não obstante, o modo como resultam tratados, detalhada e eloquentemente, enquanto pretextos de considerações teorizantes universais, confere-lhes um alcance muito diferente, aproximando-os, no pensamento que veiculam e na tipologia da expressão adotada, dos textos maiores. Em suma, cabe considerar que o *corpus* resulta num agregado textual que possui uma veemência particular, decorrente de uma pragmática mista de ideação, expressão e intencionalidade com a qual se gera uma textualidade que está tecida numa entretela de eventualidade e universalidade. Por fim, deixam transparecer um escopo educativo, próximo de uma visão iluminista, que se liga diretamente com a expectativa de uma mudança das mentalidades por via de um acréscimo do nível formativo e cultural das populações.

Esta situação sugere três aproximações interpretativas principais, relativas aos conteúdos ideacionais próprios, de que, neste ensaio, apenas apresentaremos um conspecto exemplificativo, sem pretensão de esgotar as possibilidades e interações, e sem que sejam contemplados aspetos materiais relevantes, como o contexto editorial formado por cada número no qual figuram. Desde logo, todos merecem, como se depreende, um tratamento singular, que reconstitua a respetiva intencionalidade, nomeadamente pela identificação dos motivos originadores, dos problemas enunciados, dos argumentos

invocados e do posicionamento privilegiado. Por sua vez, a maioria inscreve-se numa lógica de *intra* e intertextualidade, seja no modo como funciona no interior do *corpus*, seja no processo de remissão para outras produções, admitindo diversos percursos inferenciais, mais ou menos axífugos ou axípetos. Por fim, pela sua dimensão circunstancial, requerem que as digressões inferenciais, levadas a cabo nesse mundo textual complexo, se complementem por passeios inferenciais, como lhe chamou Umberto Eco, relativos ao mundo exterior,¹² ao contexto histórico, sobre o qual surgem com pretensões pragmáticas perlocutórias, determinadas por toda uma gama de atos ilocutórios, assertivos, diretivos, compromissivos, diretos ou indiretos. É que uma das particularidades identitárias e unificadoras deste *corpus* diz respeito a uma inegável relação contextual, tomado o contexto externo como ponto de partida do texto ou como horizonte último de efetuação.

Pode detetar-se esse regime intencional pelo tracejamento da curva de ocorrências. O alinhamento cronológico da participação evidencia uma maior concentração nos anos de instalação do regime ditatorial em Portugal e da tomada do poder pelo partido nazi na Alemanha (1933-34), o que sugere um intento interventivo de índole política, a verificar pelo conteúdo dos artigos, para o qual a *Seara Nova* se lhe afigura o órgão adequado. Posição que se vê confirmada pelos três artigos de 1958, 1959 e 1960, período em que se encontra envolvido no convite à vinda a Portugal do socialista Aneurin Bevan, valendo-lhe uma curta passagem pela prisão, e se torna mandatário nacional da candidatura à presidência do general Humberto Delgado. É a acme de uma consolidada oposição ao regime ditatorial, alinhada por um conceito moderado de democracia, crente nas virtudes da monarquia, convicção de sempre, e livre de partidarismos doutrinários, nomeadamente do marxismo de cuja visão teleológica em diferentes momentos deixou a crítica, que a *Seara Nova* também testemunha.

A peculiaridade deste posicionamento tem um alcance determinado para a própria revista. Por um lado, quando inicia oficialmente a sua colaboração, em 1921, essa adesão supõe o abandono do alinhamento prévio com o Integralismo Lusitano, movimento monárquico conservador, o qual, ainda que breve, chegou a dar azo a um artigo, no número inaugural da *Nação Portuguesa*, em 1918. Se é verdade que já aí declarava não ser propriamente integralista, por não conseguir seguir sem condições qualquer

¹² Umberto Eco, *Lector in Fabula*, Lisboa, Presença, 1983.

movimento doutrinário, este abandono torna-se particularmente significativo, face à oposição estrutural entre seareiros e integralistas, ainda mais quando, como indicámos, Vieira de Almeida não abdica das suas convicções realistas. Deste modo, acaba por simbolizar a eventualidade de uma alternativa democrática no seio do monarquismo e exemplificar a prática inclusiva e tolerante da *Seara Nova*. Por outro lado, o modo como, nesta conjugação, se vem a desenvolver o pendor democrático manifesta uma efetiva interlocução entre o filósofo e os seareiros, que passa igualmente pela luta contra a ditadura do Estado-Novo.

Por isso, a revista não deixou de marcar o seu penhor, publicando, nos números 1350/51 de julho de 1958, um retrato da autoria de Martinho da Fonseca, a anteceder um extrato da alocução proferida por António Augusto Ferreira de Macedo, no jantar de homenagem a Vieira de Almeida de 30 de junho, 22 dias depois do ato eleitoral para a Presidência, na qual não foram poupados os encómios. Considera-o, assim, amigo pessoal e filósofo genuíno, enquanto se propõe «proclamar a lição magnífica do seu caráter moral e o seu altíssimo valor educativo» (p. 324). Dessa «personalidade humana perfeita», destaca os seguintes qualificativos: bondade natural, lealdade, simpatia humana, coragem moral, ausência de ambição material, tolerância, dedicação sincera por todas as causas justas e progressistas (p. 324). Por sua vez, salienta, de entre as suas ações, duas intervenções em prol da educação geral da sociedade portuguesa: a colaboração, com um conjunto de lições sobre História da Civilização, no início da Universidade Popular, e a participação na discussão sobre a reforma do ensino liceal da filosofia, levada a cabo na Sociedade de Estudos Pedagógicos. Por traduzir um mútuo entendimento entre Vieira de Almeida e o corpo editorial da *Seara Nova*, afastando qualquer ideia de que a revista tenha sido apenas um veículo unilateral de divulgação e contribuindo para evidenciar o substrato político da sua participação, este díptico apologético torna-se assaz relevante para a análise do *corpus* autoral.

A especificidade deste recurso também se pode aferir por outra via. Com efeito, uma análise da lista completa das suas publicações, tal como se encontra no primeiro volume das *Obras Filosóficas*, rapidamente permite detetar a regularidade com que Vieira de Almeida usava as revistas, não só para a publicação de artigos dispersos, como para a divulgação faseada de partes de futuros livros. Ora, neste gesto, no qual cabe identificar o traço iluminista da racionalidade comunicativa, privilegiando um entendimento do saber, que, por se oferecer em processo aberto de constituição, beneficia de uma passagem

prévia pela esfera pública, revela-se igualmente uma gestão criteriosa dos meios, em função dos temas e dos públicos visados. Assim, por exemplo, para trabalhos de maior tecnicidade filosófica, escolhe a *Revista Ocidente* ou a *Revista de História*, pelo que não cabe supor indiferente a seleção da *Seara Nova*. Desenha-se, em consequência, uma última trajetória inferencial, em torno dos temas, conceitos e perspectivas que indiciam a partilha de uma orientação ideológica global, a qual deverá ter como ponto de partida o confronto com o programa editorial de base, podendo, depois, pormenorizar-se pela comparação com posicionamentos mais específicos dos vários intervenientes, tanto doutrinários como políticos. Desse programa, apenas deixaremos alguns elementos decorrentes da primeira linha sugerida.

AS PEÇAS DO CORPUS

A colaboração inicia-se logo no n.º 2 de 1921, de modo algo surpreendente, com um poema, intitulado «Neve». Se indicia, por um lado, a multiplicidade de interesses do autor, patenteia, por outro, a existência de uma relação já estabelecida com o projeto da *Seara Nova*, o qual incluía a edição de livros, como fica claro pela indicação, que o acompanha, de que se trata de um «excerpto da composição do mesmo nome do livro BUCÓLICA, edição da “Seara Nova”, a sair em Novembro de 1921» (p. 43). Ainda que não nos pareça oferecer em si mesmo qualquer traço sobressaliente, dever-se-á ponderar que o eventual interesse posto em tal expressão poética pelos editores da *Seara Nova* tenha dependido do depuramento formal de uma estética conceptual, cujo lirismo, ao oferecer-se numa fórmula em que sentimento e racionalidade se equilibram, demarca-se tanto dos excessos passionais ultra românticos, que remetem o sujeito para a sua esfera pessoal, cortando-o do empenho na situação social e política, como de quaisquer tentações apologéticas de cariz nacionalista, afinadas com o *statu quo* e obstaculizando qualquer intuito reformista.

O primeiro artigo de opinião é uma recensão muito crítica do livro de Antero de Figueiredo, *D. Sebastião Rei de Portugal 1554-1558* (1924), inicialmente prevista para publicação na revista *Lusitânia*, que a julgou já tardia em fevereiro de 1925, como nos dá conta um extrato da troca de correspondência entre os editores e o autor, em epígrafe. O texto sai em duas partes, nos números 100, de 9 de junho de 1927, e 101, de 30 de junho de 1927. O elemento paratextual mencionado, ao revelar, por um lado, que o texto foi

cedido a instâncias dos editores, e, por outro, que sobre ele pesava um desfasamento temporal, agravado com mais um ano, sempre importante quando se trata de recensões, tem duas implicações maiores. A indiferença à questão da atualidade altera indiretamente a tipologia do texto, sugerindo que ele vale por si, pela posição que veicula, independentemente do contexto de produção, particularmente do que neste respeita à interação com a obra criticada, a qual se torna, desta feita, simples pretexto para algo superior. Por sua vez, fica patente a subscrição do essencial dos conteúdos expostos por parte do corpo editorial, o que, não só indicia a qualidade da relação que entretêm, mas, sobretudo, a possibilidade de reverter o pensamento de Vieira de Almeida para a compreensão do pensamento dos outros intervenientes.

A divisão justifica-se, desde logo, pela extensão do texto, inusitada para o formato, ainda que, por si só, indiciadora de que nele se desenvolve temática relevante para o autor, que não se confina à opinião dada sobre obra alheia. Justifica-se, também, pela separação expressa entre um tratamento circunstanciado do Prefácio do produto em avaliação e uma apreciação genérica do resto do livro. Este desequilíbrio resulta, como rapidamente se descobre, de haver, a propósito do recenseado, a intenção de expor um conjunto de questões relativas à epistemologia da história, o que tem lugar sobretudo nessa primeira parte. Trata-se, assim, de marcar uma posição própria sobre a historiografia, feita mais de problemas que de teses, e de se demarcar das práticas da história de caráter laudatório, apologético e narrativo de grande parte dos historiadores do regime.¹³ Tal significa que cada proposição remete para dois tipos de enunciação, que funcionam pragmaticamente em conjunto: uma judicativa, sobre enunciados da obra em análise, normalmente marcada por uma apreciação crítica, outra declarativa, sobre as asserções alternativas que deveriam ter sido sustentadas e que teriam conduzido à produção de um trabalho cientificamente válido e textualmente coerente. Como explicita, «a crítica de uma obra deve [...] deve limitar-se a dilucidar como e até que ponto a obra serve a doutrina, e de esta, como esqueleto ou base, soube aproveitar-se» (n.º 100, p. 71).

A recensão contém, assim, um valor acrescido, que os editores terão certamente identificado, pela novidade do ideário que apresenta, que, por isso, anula o aspeto tardio do comentário. Para o intérprete do pensamento de Vieira de Almeida, inscreve-se numa

¹³ Para uma visão geral da posição do autor sobre a historiografia, v. Luís Manuel A. V. Bernardo, «ALMEIDA, Francisco Vieira de», *Dicionário de Historiadores Portugueses: da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo*, Biblioteca Nacional de Portugal, 2022, pp. 1-11 (https://dichp.bnportugal.gov.pt/historiadores/historiadores_vieira_almeida.htm).

linha reflexiva de sempre, ainda que, do ponto de vista editorial, no que respeita a obra maiores, se ofereça acoplada em dois períodos principais, um primeiro, inaugurado com a tese de licenciatura, a qual, em 1911, ostentava o título «História (significado e função)», estende-se pela década seguinte; um segundo, recomeça com «Le sens de l’histoire», publicado na *Revista da Faculdade de Letras*, em 1953, continuando até ao fim da sua vida. Ao todo, perfazem nove escritos fundamentais. Esta circunstância determina a existência consequente de um amplo enquadramento conceptual para a análise deste artigo, apontando para o interesse de um tratamento específico, fora do âmbito deste nosso trabalho, tanto mais quando são identificáveis núcleos nocionais constantes, vários já incluídos nesse exercício recenseador, por entre a prevalência da problemática e da polemologia. Aqui, em consequência, optámos por destacar um ou outro, que se nos afiguram estruturantes.

Desde logo, a crítica exaustiva dos aspetos poéticos, subjetivos, romanceados, que encontra na obra recenseada, bem como a indicação expressa de que «o senhor A. de F. não é bom teorizador» (n.º 100, p. 72), surgem envoltas num conjunto de considerações sobre teses e figuras da historiografia, com a quais sente uma óbvia afinidade, como Alexandre Herculano, Joaquim de Oliveira Martins, Ernest Renan ou Rudolf Eucken. À primeira vista, poderia haver a tentação de supô-lo adepto enfeudado do positivismo. Nada menos evidente, contudo, salvo se ocorrer uma confusão indevida entre positivismo e positividade. É de positividade que se trata quando considera que Herculano «procurou libertar-se de lendas» (n.º 100, p. 75). Também não cabe confundir positivismo e racionalismo, verdadeira orientação do seu pensar e objeto de extensa defesa contra versões intuicionistas, retóricas ou narrativas, como deixa claro no artigo: «O que o racionalista não tolera (isto o define) é que lhe dêem declamações em vez de provas, sentimentos por demonstrações, atitudes por juízos, palpites por deduções, ambições e desejos por certezas lógicas» (n.º 100, p. 74). Por sua vez, referências a Eucken ou a Dimitri Merejkovski indiciam um traço de idealismo filosófico que procura combinar com a positividade da prática historiográfica.

A sua defesa da filosofia da história, em oposição à «poesia da História» preconizada por Antero de Figueiredo, como «porfiada luta contra o definitivo, contra a certeza, contra o absoluto» (n.º 100, p. 73), mostra bem que concebe um plano de irresolução último como condição tanto da revisibilidade científica, como da possibilidade de arriscar a proposta de um sentido para a diversidade do que se apura

sobre a vida e se consegue relacionar sistemicamente. Como indicámos na apresentação introdutória, também aqui, não há lugar a supor que a filosofia se lhe apresentasse desligada da ciência, a ela se sobrepondo como esclarecimento superior, segundo uma lógica metafísica própria, mas que o entrosamento de ambas é tão forte que a sua mútua existência é complementar. Em *Théorie de l'histoire* (1919/1920), estabelece claramente essa correspondência: «a) Pour qu'il y ait une philosophie de l'histoire, il faut et il suffit que la science de l'histoire soit possible et commence à devenir réelle. Réciproquement, b) S'il y a une philosophie de l'histoire, il y a aussi, nécessairement, une science de l'histoire». ¹⁴ Essa correlação determina, por exemplo, que uma «história poética», não só falha a objetividade da disciplina, como também inviabiliza qualquer possibilidade de originar uma filosofia da história, assim obstando à prossecução de um princípio geral de inteligibilidade. É ela também que subjaz à busca de uma teoria da história que permita orientar a prática da história para o que considera ser o tipo do conhecimento, relacional e consequente, não causal, psicológico ou motivacional.

Essa teoria não pode, por conseguinte, tomar o indivíduo, com as suas idiossincrasias, por objeto epistemológico, mesmo que essa personalidade assuma um lugar de destaque no contexto estudado, sem prejuízo do direito à produção específica de biografias. Não se trata, claro está, desde logo pela época em que escreve, de uma defesa da história do ponto de vista de baixo, mas de uma inquietação epistemológica, relativa ao padrão de inteligibilidade. No trabalho referido, dizia-o claramente: «Enfin la distinction entre la personnalité active, d'un côté, et la collectivité, de l'autre, est une préoccupation immédiate de l'esprit; mais ni la nature de la science de l'histoire, ni la réalité n'exigent cette séparation. Dans l'histoire, l'individu est un moyen de réalisation; mais c'est le monde réalisé et en train de se réaliser toujours qui nous importe et aucunement pas les entités que nous mettons en cause de la réalisation de ce monde». ¹⁵ Esta orientação continuará a nortear o seu pensamento, abrindo-o à noção de série, em vez de nexos causais, e alargando sucessivamente a perspetiva sobre o verdadeiro objeto da historiografia. Em «Simbolismo e História» (1960), conclui, em coerência e num alinhamento com os desenvolvimentos disciplinares mais recentes, «ser impossível a visão histórica de tipo estritamente nacional [...] não por serem errados os factos relatados

¹⁴ *OF*, I, pp. 215-216.

¹⁵ *OF*, I, p. 213.

[...] mas por o tipo de inteligibilidade não poder coadunar-se com o simplismo de ver na história apenas a acção de vontades conscientes mais ou menos esclarecidas». ¹⁶

Este trabalho também se fez, claro está, em torno da noção de facto. Na recensão, já apontava para uma relação entre facto e escolha de um ponto de vista, ao escrever: «O que faz com que um facto seja “facto histórico” é precisamente, em primeiro lugar, o nosso interesse de investigação, e depois as suas consequências» (n.º 100, p. 73). Tal significa o desinteresse de um facto isolado, seja ele de que tipo for, pois a sua relevância advém da relação na qual se inscreve, ou, dito de outro modo, da possibilidade de ser validado *a posteriori*, enquanto parte integrante de uma série. Naturalmente que, nesse conceito de consequência, cabe supor um certo direito a ponderar eticamente ou politicamente os efeitos dessas sequências factuais. Encontramos várias expressões desse processo judicativo, nomeadamente sobre acontecimentos contemporâneos neste *corpus*. Contudo, é como homem, cidadão ou escritor que encontra a validade para o fazer. No que respeita ao historiador, recusa essa legitimidade. Na recensão, opõe-se ao intuito de Antero de Figueiredo de resgatar a figura de D. Sebastião, considerando que «a justiça não é objectivo do conhecimento histórico» (n.º 100, p. 73).

Epistemologicamente, por conseguinte, o que releva é a predominância da perspectiva histórica, como visão temporal, na determinação do que é facto, como clarifica em «Le sens de l’histoire»: «Par la perspective donc et seulement par elle les faits acquièrent une signification et une valeur. Sans paradoxe on peut dire que l’histoire-connaissance se tisse sur ce qui ne s’est jamais passé». ¹⁷ Não por invenção, simbolização ou, como pretendia Figueiredo, por ser a história «uma *síntese da associação das ideias do historiador*» (n.º 100, p. 73). Antes, por se verificar que o nível de inteligibilidade aumenta em função da complexidade do que se toma como facto, pelo que, *in fine*, são «les faits complexes aux noms évocateurs comme “renaissance”, féodalité» ¹⁸ que permitem a perspetivação.

Na segunda parte do exercício recenseador já enfrentava esse tema, se bem que relacionado com a escrita, valorizando o efeito aglutinador de uma «ideia-síntese», que viesse conferir lustro e significado ao que, de outro modo, acaba por ser mera narração, tal como a encontra no livro criticado (n.º 101, p. 88). Em suma, cabe entender a recensão,

¹⁶ *OF*, III, p. 555.

¹⁷ *OF*, III, p. 286.

¹⁸ *OF*, III, p. 287.

menos no que tem de circunstancial, mas sobretudo no que a conecta a esse projeto de uma vida em busca de uma perspectiva cuja escala torne «possible de rapprocher en histoire le cognoscere de l'intelligere, d'ailleurs sans parvenir à les joindre».¹⁹ O que está verdadeiramente em causa é uma reflexão sistemática sobre as diferenças, e as consequentes modalidades de conjugação, entre a história-vida, a história-conhecimento, a teoria da história e a filosofia da história, mobilizada, pelo que fica sugerido na versão maturada, pela universalidade de uma história cosmopolita.

As dificuldades sentidas com os limites impostos pela figura da nacionalidade e os critérios nacionalistas que se lhe associam tornam-se visíveis num outro contexto, o de uma alocução introdutória a uma récita de música espanhola, publicada no n.º 394, de 21 de junho de 1934, com a curiosidade de se oferecer ilustrada. Ao estabelecer que «a própria designação, se não for tomada apenas no sentido concreto de música feita por espanhóis, sugere desde logo dúvida sobre o seu verdadeiro conteúdo» (p. 156), pugna pela universalidade quer da criação, quer da fruição. Mostrando-se ciente de que «a universalidade é ideal nunca realizado, porque não pode ser estático, nem fixado nas formas transitórias que pretendem exprimi-lo», lembra, contudo, que «no estudo de etnologia comparada, à proporção que o conhecimento nosso se amplifica e desenvolve, maior parentesco vamos encontrar entre agrupamentos humanos» (p. 156).

Tal implica que, relativamente à produção artística, enquanto tal, a adjetivação geográfico-política, lhe apareça como determinação accidental, mesmo que se vejam confirmadas determinadas especificidades ou tendências que sugerem uma diferenciação em termos de nacionalidades. Com esta posição, pondera o alcance dos movimentos contemporâneos que procuram motivos musicais idiossincráticos nos temas populares, para sugerir a importância de não confundir essa apropriação intencionada e a defesa de uma metafísica identitária. Conclui que «afirmar que a música do folclore seria a música *sub species aeternitatis*, é até negar a recriação que o utilizá-la constitui [...] seria afirmar que só o quási-espontâneo é artístico, e portanto negar a vantagem de utilizá-lo como fonte de inspiração» (p. 157). Deste tipo de recurso técnico e estético, avança três formas: a identificação direta com o tema popular, «a “reprodução” coordenada dos elementos populares», a estilização, atribuindo cada uma a um dos compositores programados,

¹⁹ *OF*, III, p. 285.

respetivamente, Cristóbal Halffter, Joaquín Turina e Joaquín Nin (p. 158). Maneira de assentar a prevalência do produto final, de universalidade muito superior e, logo, de maior comunicabilidade internacional e intemporal, no qual «o elemento, que era por si alguma coisa, degrada-se em elemento de nova finalidade» (p. 158).

A atenção dedicada às artes, combinando filosofia e política, já ocorrera num texto sobre Henrique Ibsen, publicado no n.º 138, de 22 de novembro de 1928. Como esclarece a nota da redação, trata-se da tradução de duas conferências ibsenianas pronunciadas em francês na Universidade Livre, reunidas numa só, para este efeito. Esta adenda explicita igualmente que a iniciativa da edição coube à própria revista, o que confirma a nossa perceção sobre a existência de um interesse mútuo na colaboração. Por sua vez, uma nota final do autor acautela a dimensão vulgarizadora do texto, em função do carácter popular do evento originário, para deixar uma crítica explícita à incapacidade da Faculdade de Letras de organizar um encontro sobre o autor norueguês. Esta sinalização de um dever por cumprir, como escreve, farpa lançada a uma instituição pouco aberta a modernismos, constitui igualmente uma oportunidade para indicar o tema académico que escolheria de uma maneira que se afigura, por si só, o esquema de uma terceira conferência: «Seria então o momento de tratar da obra ibseniana nas suas relações com a de S. Kierkegaard, no significado do seu individualismo, nas concepções que dela podiam surgir, e principalmente – para mim, essa seria de todas a mais importante questão – no acordo do seu valor e expressão estética com certa corrente de pensamento que parece atravessar um período de revivescência do mais alto interesse» (p. 350).

Porém, facilmente se adivinha que, na base da opção editorial, tenha estado precisamente o fator da divulgação, ligado à ideia de uma educação popular sobre temas com relevância cultural, manifesta atualidade e poder de suscitar um ensejo reformista, assente em modalidades alternativas aos *curricula* escolares instituídos. Ligá-los-á, ainda, a figura do dramaturgo, no que o seu «teatro de ideias» representava de modernidade dramática e estética, de crítica social e política e de afirmação da individualidade, na radicalidade da sua existência única. Em contrapartida, a complexidade do exposto, para funcionar como vulgarização, faz sonhar sobre a preparação dos ouvintes ou sugere um provável desajustamento do académico, que toma a menor tecnicidade e a adoção de um ponto de vista valorativo, mais pessoal, como bastante para que o conteúdo entre na categoria da disseminação cultural.

Vieira de Almeida começa por recordar o impacto que Ibsen e Grieg tiveram na formação de um imaginário em torno dos países nórdicos, no período da sua adolescência, com o que sugere a relevância de outras expressões artísticas, diversas da hegemonia wagneriana. Lamenta, então, a inexistência de um centro de estudos noruegueses que ajudasse a superar as diferenças culturais, nomeadamente aquelas que advêm do desconhecimento da língua. Essa ignorância pesa ainda mais, a seu ver, porquanto as versões disponíveis deixam antever «que a força lírica ibseniana deve ser notável» (p. 346) e apenas permitem aceder «ao que é geral e comunicável na sua obra, isto é, a sua profundidade, as suas concepções, os seus dramas, considerados na sua estrutura e na sua vida» (p. 346). Todavia, na possibilidade de essa obra ser traduzida, o que não julga comum a todos os autores, e de, assim, ter determinado eco, encontra um valor essencial a que chama «valor de pensamento».

Tal como o entende, esse valor, que resulta de que, «por emotiva e de imaginação que a arte seja, essa emoção para exprimir-se em forma adequada tem de tornar-se pensamento» (p. 347), não pertence a uma só disciplina artística, mesmo que seja mais acessível nos produtos literários, em particular nos dramas e romances. Ainda que chame a atenção para o carácter lógico de um tal pensamento, toda a argumentação subsequente procura estabelecer a especificidade dessa variante lógico-estética, a partir da condição fundamental de não «dar margem à generalização» (p. 347). Trata-se, a seu ver, de uma capacidade propriamente artística, indiciadora do grau de genialidade de cada autor para criar uma «galeria de figuras que vivem “à sua maneira”, as angústias, dúvidas, dores, exaltações, preocupações ou esperanças que ele concebeu», bem como um determinado «mundo espiritual em que se movem» (p. 347). Contudo, todo esse universo apresenta-se na sua singularidade, numa expressão do carácter fragmentário da vida e do carácter único de cada personagem, que nem assume a extensão do símbolo, nem segue os procedimentos da inferência silogística. Por conseguinte, não há que esperar que o artista, por dar forma pensada ao fundo emocional, se torne objetivo, construa uma figura coerente de doutrina ou conceba as suas obras como conjuntos de premissas teóricas suscetíveis de levarem a conclusões igualmente abstratas. Pelo contrário, o artista «pode ser o mais subjetivo possível, e por isso é artista» (p. 348), tal como «as grandes obras de arte não se fizeram para nos dar lições de filosofia social» (p. 349).

Ibsen seria, portanto, um dos exemplos maiores desta estética, numa vertente dramática peculiar, em que as personagens «estão sempre prestes a reagir de uma forma

excessiva, hipersensível, psicologicamente criadora, pelo sentimento ou pela inteligência» (p. 348) a um efeito trágico produzido na interioridade das almas (p. 347). Na medida em que «o drama é o *caso*, nunca a vida comum» (p. 349), o que daí resulta é sobretudo um processo de dúvida, não de resolução doutrinária, o qual, enquanto provoca o sobressalto e a comoção, abre para uma diversidade de interpretações. O acento posto na defesa de que «é no complexo humano que está o interesse estético» (p. 349), de tal modo que «as grandes obras de arte [...] são matéria de filosofia, repositório magnífico, psicológico, intelectual e moral; não são filosofia» (p. 349), implica uma releitura do que cabe nos dois epítetos principais do drama ibseniano.

No entendimento da expressão «teatro de ideias», o autor identifica um equívoco semelhante ao que levou a designar-se a poesia de Antero de Quental como sendo filosófica, a saber, o facto de não «fazer apenas descrições líricas e sentimentais» (p. 348). Por ser teatro de ideias ou com ideias, tal não significa, portanto, que seja um teatro das ideias, no qual se afrontam teorias e que encaminha os espetadores para a escolha de uma delas, tido pela mais adequada. Pelo contrário, insiste, essa densidade do pensamento, que ambas as obras patenteiam, está em estreita ligação com o plano emocional, sendo sempre reconhecível o que se mantém de expressivo, interpelador, problemático, único, sem fórmula resolutória. Conclui, então: «o teatro ibseniano é «teatro de ideias» na proporção em que as emoções de personagens psiquicamente milionárias se revelam na superestrutura de suas ideias e no objetivo de suas acções» (p. 348).

Por sua vez, indigna-se com a tendência para ver no drama ibseniano um exercício tratadístico de crítica social: «Que ideia pobre, que mesquinha ideia a de fazer de Ibsen sociólogo! Até a palavra é horrível» (p. 349). Em contrapartida, defende que «a revolta de alguns dos seus personagens contra prejuízos é precisamente consequência imediata da poderosa individualidade deles, e nada mais» (p. 349). Tal não impede que haja uma eficácia social e política das obras, mas esta decorre da relação direta que o leitor/espetador estabelece com as personagens, o modo como se deixa impressionar pelas interrogações por elas formuladas, pelo jogo das atitudes assumidas em consequência dessa esfera complexa de inquietações, recusas, renúncias, afirmações. Essa inviabilidade de a arte transformar o valor de pensamento em sistema pensado, sem perda do valor estético, leva-o a sugerir um padrão de leitura: «deve procurar-se em Ibsen – como em Shakespeare – o artista, o artista extraordinário, o homem de génio, mas seria bom não acentuar excessivamente o filósofo ou o doutrinário» (p. 349).

Os parágrafos finais dão-nos a chave para uma questão decisiva, que esteve desde o início a nortear a exposição: a da função da arte, mormente naquelas versões superlativas que crê resultarem da genialidade. Vieira de Almeida recusa liminarmente que se confunda função e utilidade, para sustentar os direitos da obra de arte a valer como tal, bela, trágica, misteriosa, inquietante. A verdadeira função que lhe atribui é a de contribuir para uma disposição anímica destinada a experienciar que «o que se sabe é impotente para dominar ou sequer para explicar a maré alta do desconhecido, que, no entanto, o pensamento quer penetrar» (p. 350). Vivência do humano na sua fragilidade constitutiva, com a qual tem origem um regime de questionamento fundamental e abre-se a possibilidade de encontrar as melhores soluções para os problemas enunciados.

Se, nesta visão, aparece um traço marcado de utopia (a par de outros discutíveis, como aqueles que decorrem da crença na genialidade), consonante, aliás, com o idealismo iluminista, favorecido no ambiente da *Seara Nova*, este é o penhor que julga exigir a defesa da liberdade. Liberdade do artista, mas sobretudo liberdade de pensamento, sentimento e expressão de todo e qualquer indivíduo, na busca de um sentido para a sua existência, só que mais determinante naquele pela sua capacidade de «mover almas» (p. 350). Desenha-se aqui uma linha de continuidade, também ela em sintonia com os princípios do espírito seareiro, relativa à prioridade conferida ao indivíduo e aos seus direitos inalienáveis. Liberdade que surge duplamente indeterminada: no seu conceito, pois que a alternativa redundaria em contradição grosseira; na sua associação à individualidade, porquanto qualquer outra relação substituiria a um atributo de um ente real a condicionante de uma substantivação abstrata. Não obstante, essa indeterminação originária resulta numa abertura a determinações, em particular aquelas que são introduzidas em função do conhecimento e da vontade dos homens que, assim, assumem a possibilidade de decidirem o seu destino. Desta feita, acaba enunciada, neste artigo, subjacente aos comentários sobre filosofia da arte, uma convicção estruturante, decerto partilhada pelo grupo que se agregava em torno do projeto da *Seara Nova*, de que, diferentemente do que afirmavam os hegelianismos de direita ou de esquerda, o ideal utópico de uma liberdade incondicionada seria a condição necessária da ação reformadora.

Muitas das reflexões aqui expostas acabarão retomadas, integradas ou transformadas, mas inevitavelmente complexificadas, no livro com o título de *Filosofia*

da Arte,²⁰ publicado pela editora conimbricense Arménio Amado, em 1942. O capítulo VII sobre «Arte e Vida» é dedicado, precisamente, ao problema do significado que pode assumir a função da arte, à discussão em torno da sua dimensão individual ou social, da confusão entre pertença a um coletivo, com a conseqüente interação, e dependência determinística e exclusiva do mesmo, da «fantasia teleológica» que é, para ele, «a da arte, missão social»,²¹ e à defesa da crença no poder disruptor da «aparição de um espírito livre sobre a cena», um indivíduo único, raro, «que pede a vida bem viva, o espírito pleno, e se revolta contra a norma fechada [...] e reclama a liberdade de ser, em vez da passividade de escutar».²² Por sua vez, no capítulo IX, sobre «Arte e Filosofia», com que conclui a obra, pondera extensamente as relações entre arte, ciência, em particular o que as caracteriza, já que considera que, como a esta, a arte «ela própria é uma explicação». Outra maneira se acentuar o valor de pensamento na arte que o leva aqui a sustentar que a arte, «recriação parcial de uma realidade complexa», por via da «técnica do valor como valor», se encontra mobilizada por uma axiologia estética, ao passo que a ciência visa a objetividade, entendida como «ordenação de relações que se supõe darem conta da realidade», pondo em prática uma técnica que consiste em desenvolver um «alto nível de simbolização».²³ Mantém-se, igualmente, a ideia de que a influência da arte assenta na sua receção: «o mundo da arte realizada vem assim formar um teatro de contemplação, em que o espetador colabora com a sua forma de reagir».²⁴ Esta colaboração, apesar da distância de partida dos dois mundos, resulta de um entendimento democrático da cultura artística, já que supõe a universalidade do juízo estético na recetividade particular de cada indivíduo.

Em 1934, nos n.ºs 406 a 408, volta a Antero, com idêntica constelação de conceitos e problemas, numa versão mais sintética e fragmentária. Significativamente, intitula o artigo ...”entre as formas incompletas”..., expressão retirada do segundo verso do segundo terceto do soneto «Tormento do Ideal», poema que reflete a dialética incessante entre ideal e real, deixando transparecer um sentimento de perda na passagem de um ao outro. O artigo parece também acolher na sua construção o movimento sequencial do poema: o pessimismo dolente face à deterioração do real, impossibilitado

²⁰ *OF*, II, pp. 9 e ss.

²¹ *OF*, II, p. 110.

²² *OF*, II, p. 116.

²³ *OF*, II, p. 144.

²⁴ *OF*, II, p. 144.

de encarnar plenamente o ideal, admite a correspondência com a degradação representada pelo Estado Novo, enquanto a sugestão de uma tentativa constante para reduzir esse abismo, mesmo que votada a um fracasso insuperável, encontra a sua equivalência nesse exercício aberto e precário da liberdade, que procurámos caracterizar no artigo anterior. Pelo meio, a figura privilegiada do artista para enunciar estas evidências, esse artista açoriano que, como escrevia Oliveira Martins, aqui igualmente mencionado, «pensa o que sente; sente o que pensa» ou, como o põe o nosso autor, «emotivo, contemplativo, dissecou a emoção para orientá-la» (p. 347).

Seguindo tal perspectiva, Vieira de Almeida apresenta-o como «um caso de soberba consequência e constância heroica» (p. 348), na vida como na morte, devolvendo desta feita uma figuração do poeta semelhante ao «cavaleiro do soneto *Mors-Amor*» (p. 347). Nele se teriam cruzado os contrários do apolíneo e do dionisíaco, da visão elevada e da necessidade de seguir um método, em suma, «do homem que da Razão fiava a liberdade» (p. 347) e compreendia que «uma força expansiva admirável existe na Ideia, só fecunda quando multiplicada, derramada pelos homens» (p. 347). Assim, o que sobressai dessa leitura é o incentivo à ação, o elogio da racionalidade prática, que não queda desmentida, mas reforçada, pelas formas de transcendência, e a mensagem de esperança nos sucessos temporários e relativos da história, mesmo que, na realidade de Antero, essa expectativa tivesse ficado pelo sonho: «Sonho – pena do homem que julgara a acção possível e se tivera por fadado para ela; refúgio (ou reacção viva?) do artista, pela imaginação fugido do seu cárcere» (p. 348).

Esta apologia de Antero poderá significar outrossim a sugestão de uma correspondência entre a nova geração de intelectuais e a de 70, unidas pela mesma insatisfação relativamente ao estado do País e por idêntica expectativa de uma reorientação para a modernidade europeísta. Outro tópico, portanto, em que cabe inferir a comunhão com o movimento da *Seara Nova* e que, se validado, merece desenvolvimento próprio. No que respeita à obra do autor, Antero reaparece em vários momentos, sendo objeto específico da Lição inaugural da cadeira de Camões que proferiu em francês, a 9 de abril de 1938, no Centro de Estudos Mediterrânicos, em Nice, publicada, na versão original, no Bulletin des études portugaises (fascículo I, Lisboa, 1938), e a tradução, na Revista Ocidente (volume XVII, n.º 41, Lisboa, 1942).²⁵

²⁵ Cf. *OF*, I, p. 493 e ss.

Que se trata, em última análise, de fazer valer a ideia de um heroísmo cultural, longe de qualquer laivo belicista, com um regime de responsabilidade muito particular, traduzido na liberdade, na eloquência, na eficácia pacífica do artista, bem como no modo como esta acaba recebida por cada indivíduo, no mais íntimo da conjugação entre emotividade e pensamento, acaba confirmado num artigo publicado meses antes, no n.º 382 de 29 de março do mesmo ano. Trata-se do texto de apresentação do recital de canções schumanianas com poemas de Heinrich Heine (*Dichterliebe*), por Ofélia Costa, que teve lugar em janeiro, no Porto. Ao intitulá-lo «Esquema», com o subtítulo de «O fantasma do intermezzo», não se limita a evidenciar um tipo de textualidade, depurada e incisiva, que cultivou em diversas ocasiões, mas assinala a sua pertença a um conjunto apontamentos que combinam posições sobre temas culturais e políticos. Por sua vez, a decisão de levar a cabo um encómio do poeta judeu-alemão, defensor de ideais revolucionários, recebido com entusiasmo pela geração de 70, crítico do nacionalismo germânico e tido por oráculo da catástrofe nazi, oferece-se carregada de intenção, tendo em conta o ano em que se publica. Ainda, a relação com a figura do sonhador heroico resulta imediatamente marcada pela inclusão em epígrafe de um extrato do poema «Traumbilder» (Visões).

O texto apresenta uma estrutura em díptico. Começa por traçar num primeiro quadro a característica de uma vítima: na infância, alvo da crueldade, até do amigo mais próximo, o que o relega para o universo dos sonhos; na idade adulta, sujeito a um processo de destruição do que tinha de grandioso, levando-o, como tantos outros «espíritos dos maiores [...] a transviar-se na floresta de Dante» (p. 339); do ódio da posteridade, sofrendo «a expulsão póstuma da pátria adoptiva» pelos Nazis, que «confirmaram-lhe assim o juízo expresso» (p. 339). Em todas essas manifestações, o peso do antissemitismo, que acaba alvo de crítica inequívoca e, cabe destacá-lo, indelével noutros lugares. Como consequência geral, uma personalidade que «não pôde nunca mais soldar os fragmentos de um espírito, triturado no acaso da vida» (p. 340). No segundo quadro, desenha, por contraste, a noção de um tipo de heroísmo «incerto, deslumbrante e fugaz, como a sua marcha no mundo, um heroísmo inflamado», que «, por momentos, do mais oculto da sua sensibilidade, do mais profundo da sua angústia, brota em relâmpago» (p. 340). Estabelece, então, a diferença explícita entre a versão belicista do heroísmo e esta, poética, humana, que não configura um herói definitivo e consagrado, mas alumia a possibilidade de recusa do contexto vigente. Refere-se-lhe, remetendo simbolicamente

para enterro redentor das visões maléficas preconizado no n.º 65 do *Intermezzo* de Heine (*Die alten, bösen Lieder* – As velhas canções do mal), como esse «voo planado magnífico da incerteza, da dúvida, da descrença por sobre o pântano de toda a miséria», que abre para um horizonte utópico, «do lado do oásis desejado, amado e inexistente» (p. 341).

É com o recurso a outras figuras da literatura que caracteriza, na segunda fase da sua colaboração, o que será de considerar duas atitudes opostas, tão comezinhas do ponto de vista da sua humanidade, como perniciosas no que respeita à sua ação. Significativamente, o tom empolado do discurso epidítico vê-se aqui substituído em ambos pela mordacidade da ironia. No n.º 1370 de dezembro de 1959, numa secção intitulada seara alheia, «Uma Personagem de Molière» retoma um artigo, já publicado na página de Cultura e Arte do «Comércio do Porto», a 11 de novembro de 1958. Diatribe sobre a lisonja, tida como necessária por quem a pratica e merecida por quem lhe dá ouvidos, incarnada por Tartufo. Lembrando a diferença entre o modo como Shakespeare lhe confere o estatuto de profecia e aquele que leva Molière a transformá-la em «velhacaria rasteira», ao converter Tartufo no «tipo acabado em conjunto e pormenor», apresenta a sua própria figuração, qual encenador da comédia: «Por mim, imagino-o magro e hirto, levemente curvado pelo hábito da cortesia e pela despeitada humildade da condição inicial, tara ilusória de que não o deixaram libertar-se a mediocridade da inteligência e a dureza sinistra do caráter» (p. 388).

O artigo, porém, não consiste numa mera repetição de um tropo convencional da crítica aos abusos de poder. Antes, está orientado para suscitar a questão da cumplicidade das massas com determinados regimes, por uma espécie de «transformação miraculosa de estas personagens em multidões» (p. 388). Com esta hipótese, passa da consideração ética para a questão política, estabelecendo indiretamente um paralelo entre os «exemplos vivos, como recentemente entre 1940 e 1945, de temerosa onda fanática, até a insanidade mais caracterizada e a ferocidade mais trágica» (p. 393) e as condições que no País voltaram a favorecer o regime salazarista e a derrota da alternativa democrática, encabeçada por Humberto Delgado. Sugere, assim, que, mesmo quando uma parte da população se revolta, «Tartufo continua triturando homens, construindo planos, proclamando futuros» (p. 293). Mensagem contrastada, ao que cremos, pois que o pessimismo decorrente da experiência do fracasso queda moderado pela referência ficcional, deixando espaço para a utopia de uma realidade finalmente liberta dessas figuras de pacotilha.

O último artigo, um inédito, publicado postumamente no n.º 1415 de setembro de 1963, patenteando, nessa última homenagem, o interesse continuado dos próprios editores na figura e nos conteúdos versados, desloca-se da cumplicidade das multidões para a crueldade generalizada dos governantes. De uma certa maneira, funciona em espelho com aquele que acabámos de comentar, pois que contrapõe à bajulação de uns, os Tartufos, o desprezo dos outros, os tiranos incensados. Para estes, tais como para os primeiros, «tudo é caricatura e farsa, menos o sacrifício de muitos homens» (p. 227). Tendo em vista salientar este traço de má-fé e de mistificação, associado ao que, no jogo do poder, resulta em tirania, estabelece a constância de uma atitude soberana, que remonta às primeiras civilizações, tendo chegado, no presente, a uma versão paroxismal.

De modo a assentar a primeira parte do argumento, retoma de Eça de Queiróz, outra figura da Geração de 70 e um dos símbolos nacionais da orientação para a modernidade, a comparação entre as máscaras das múmias dos Faraós egípcios e aquelas que, numa versão empobrecida e decadente, são ostentadas «mesmo entre os sucedâneos caseiros dos faraós» (p. 227). Apesar do intervalo temporal, é a mesma ideia de superioridade que prevalece, desfigurando a responsabilidade do governo dos outros com o rito mortuário. O autor introduz, então uma passagem do autor setecentista Claude-Adrien Helvétius, um dos iluministas franceses, para contrastar a facilidade com que se consegue desmontar a ideia de que os governantes são inteligências superiores, substituindo-lhe a evidência de que o governo está em geral na mão de tolos, e o peso da subjugação que, não obstante, continuam a impor aos outros homens, os quais, por sua vez, aceitam neles reconhecer sinais de majestade.

A segunda parte da crítica leva-o a estabelecer a ideia de uma radicalização do império do mal no Holocausto, confrontando-o com as práticas da civilização tida por mais violenta na Antiguidade: «Mesmo descontando a memória fraca – higienicamente fraca – da Humanidade, não parece fácil ter capacidade de espanto sobre a crueldade dos suplícios assírios e babilónicos, quando nos lembramos de Büchenwald e Dachau, muito mais ao pé da porta no espaço e no tempo» (p. 227). Num gesto que mais seria de esperar nas posteriores análises de Foucault, em *Vigiar e Punir*, salienta que a solução moderna para evitar os excessos físicos da aplicação da pena de talião consiste em manter «apenas o processo de cortar a cabeça, sem agravá-lo com uma teoria sinistra da pena» (p. 227). Aponta ainda que, apesar de todas as declarações sobre o progresso civilizacional, o *cujus*

regi ejus religio dos tempos modernos não difere do antigo, de tal forma que é a vontade de um que dita o destino de todos. A um tal exercício discricionário do poder contrapõe o valor da humanidade, critério suscetível de diferenciar os tipos de governação e de quebrar o esquema da idolatria.

Esta introdução do humano entre os dois extremos da bajulação submissa e do exercício ditatorial, deixa ver como, até ao fim, Vieira de Almeida se manteve fiel a uma racionalidade moderada pelos grandes princípios iluministas. Deles se serviu para a crítica da lógica do poder pelo poder e por eles se deixou mobilizar para a defesa de um certo horizonte sempre presente de utopia, se por utopia couber entender a expectativa de ver concretizada a alternativa de um regime democrático, assente no valor dos indivíduos e nos direitos que decorrem da sua realidade efetiva. Porém, não deixa de ser igualmente perceptível que aí encontra a alavanca do ímpeto reformista, tanto no seu aspeto mais genérico, como na particularidade de certas medidas programáticas. Destas, deixa neste texto três, retomando a comparação com o código de Hamurabi, cujas melhores propostas, como sugere, estariam ainda por cumprir: um sistema de justiça vocacionado para defender os mais fracos, desígnio que a atual Constituição procura satisfazer; um sistema social de apoio a viúvas e órfãos, no que antecipa a futura segurança social; a socialização dos serviços médicos, ideiação do que virá a resultar no sistema nacional de saúde, para a qual confiara na vinda de Bevan, como já referimos. Não era o único a pensar em tais progressos, mas expressava o seu acordo com uma certa orientação social e política, cada vez mais sufragada.

A discussão de medidas específicas já tinha ocorrido com a publicação de um artigo intitulado «horizontalidades», termo a tomar no sentido de nivelamentos propositados, no número 1349, de maio-junho de 1958. Aqui, prevalece a apreciação crítica de orientações no âmbito das políticas culturais e educativas. Desta vez, escolhe Almeida Garrett como figura tutelar, no que, não só resulta consolidada a identificação intencional de uma linhagem modernista, como se torna sobressalente, do que supomos poder inferir, a estratégia de usar essa patronímia para suscitar uma associação indireta, mas não menos explícita, entre a diversidade de considerações e o contexto nacional. No que respeita ao motivo da escolha de Garrett, será eventualmente legítimo fazer uma inferência suplementar, encontrando-o na importância que o seu tratado *Da Educação* (1829) teve no pensamento educativo português.

Do autor liberal retoma o paradoxo de um empobrecimento cultural contemporâneo, manifestado pelo recurso a expressões do grego antigo quando se perdeu o conhecimento da língua, por oposição ao período áureo da afirmação nacional, o Renascimento, em que mestres portugueses ensinavam a língua da Antiguidade, no estrangeiro, enquanto, internamente, se cultivava a portuguesa. Este ilogismo serve-lhe para estabelecer a existência de quatro grandes mitologias nacionais (provavelmente, de qualquer nacionalismo). O termo mitologias deve entender-se num sentido suscetível de se aproximar daquele que lhe atribuiu Roland Barthes, na obra intitulada *Mitologies*, publicada um ano antes, mesmo que não se determine a sua leitura pelo nosso autor. O que nelas há de mero significante, ausente de verdadeiro significado, denuncia-se pelo efeito de idêntico dispositivo ao que Garrett descrevera: «Nós demos também em falar furiosamente do que não temos, como se o tivéramos» (p. 310). Vieira de Almeida estabelece, então, o esquema de absurdo que atravessa esses termos, venerados no topo de uma axiologia ideologicamente determinada, na qual adquirem um sentido alterado para que possam funcionar sem referente próprio, nem significação adequada: «Falamos abundantemente de “tradição”, desde que a não vivemos [...]. Falamos de *Folk-lore* desde que reunimos grupos de mascarados no palco suspeito da propaganda rasteira e da mentira estrondosa. Falamos de desporto e vigor da raça desde que uma interesseira agonística internacional tornou competição rendosa o que devia ser de facto harmonia e desinteresse. Falamos de “cultura” em um país onde se cava um abismo entre a camada instruída e o grosso da coluna, submetida ainda há pouco a um regime de “alfabetização”» (p. 310).

Centrando-se na cultura, identifica dois problemas maiores no contexto nacional: por um lado, a privação generalizada do «acesso ao nível de um elevado prazer espiritual», o que limita a fruição da alta cultura a um grupo restrito da elite profissional; por outro, a prevalência da noção de «cultura dirigida», na origem por exemplo, dos Institutos de Orientação, com «o abuso delirante da nossa fúria decretante» (p. 310). Contrapondo-lhe a ideia de ambiente cultural, funcional e panorâmico, integrador de uma pluralidade de elementos, em vez de «obra de carpintaria regulamentar» (p. 310), defende que não cabe ao Estado produzi-la artificialmente, de acordo com fins próprios, tal como não lhe compete ultrapassar o âmbito da instrução, apropriando-se do domínio da educação familiar e religiosa. O Estado, por conseguinte, «tem apenas de fornecer-nos os meios considerados os melhores para a consecução e a manutenção da cultura» (p. 310).

Com essa convicção, que combina a crítica aos autoritarismos ditatoriais e a ideia republicana de que a Escola tem como finalidade promover a cultura por via da instrução, ridiculariza a substituição do Ministério da Instrução pelo Ministério da Educação Nacional, passando ao debate da questão sobre o tipo de estrutura curricular que deve prevalecer na Universidade. Recuperando a dicotomia entre formação para o emprego e formação humanista, ainda hoje pomo de discórdia, estabelece o princípio de que «formam-se os cursos para os homens e não os homens para os cursos» (p. 318), a partir do qual salienta o que resulta de condicionador e nivelador na redução dos *curricula* a uma finalidade profissionalizante, em vez de pautá-la pela abrangência de uma orientação cultural, com a qual cada indivíduo poderá, igualmente, enfrentar a vida profissional, sem prejudicar a integralidade da sua formação humanística.

Conclui o artigo com a crítica à proibição de frequência de mais do que um curso, quesito que, a seu ver, só faz sentido num regime de duplo condicionamento da escolha individual, pelo dirigismo do Estado e pela estruturação do mercado. Também a este respeito, antecipou o que prevalece no sistema educativo do regime democrático, o qual concede esse direito a todo e qualquer estudante. Não cabe, no âmbito deste nosso exercício, apreciar essa medida concreta. Em contrapartida, importa identificar o mesmo substrato doutrinário, que tem aparecido sistematicamente, formado por quatro grandes núcleos nocionais, que são postos a funcionar como critérios últimos de esclarecimento de diferentes temáticas: liberdade, democracia, indivíduo, humanismo.

O último artigo publicado em vida, no número duplo 1376/77, de junho-julho de 1960, com o título «Apontamentos» e o subtítulo «sub specie belli», confirma-o. Como o intitulado sugere, o texto consiste num conjunto de reflexões sobre a permanência da guerra, em diferentes teatros, como se de uma necessidade metafísica se tratasse, a par de uma «atmosfera bélica», caracterizada «pela desconfiança mútua; pela prosa de insulto [...] pela atribuição de intenções que nunca deviam proclamar-se» (p. 177), em países supostamente pacificados, a qual se procura esconjurar com os constantes discursos sobre a paz, dessa feita, mais desejada do que sentida.

Relativamente à primeira proposição, o autor releva uma diferença significativa entre as guerras convencionais e as mais recentes: se antes, «a guerra era episódio mais ou menos sangrento, terminado por uma derrota militar e um tratado de paz», agora acarreta o «morticínio e agonia de milhões de seres inofensivos» e, no que respeita aos tratados de paz, «o impudor de declará-los sem valor algum, assinando-os com propósito

de atraí-los no dia seguinte, com vaidoso banditismo patriótico» (p. 177). Esta chamada de atenção para uma mudança extraordinária de escala, com a qual inevitavelmente se estende a beligerância ao conjunto da sociedade, sem distinção de militares e civis, é complementada por uma observação carregada de ironia, a qual serve, também, para estear a segunda proposição. Trata-se de lembrar que os vários países se podem envolver nessa agonística porque continuam a ser entidades políticas diferenciadas, com autonomia bastante para fazerem valer o seu ponto de vista. Ora, como sugere, essa capacidade decorre da vitória sobre uma potência imperialista, a do nazismo, o que significa que «se o resultado tivesse sido ao invés do que foi, é possível não houvesse agora problemas em uma Europa escrava» (p. 177).

A evidência do paradoxo, contribui não só para salientar a fragilidade de uma paz que resulta de uma guerra mundial e os perigos manifestos, quando se perpetua o ímpeto belicista em tais condições precárias, como para indicar os riscos decorrentes da formação de blocos, em torno do que se designou com a expressão de «guerra fria». Aponta, então, uma novidade na origem destes novos «impérios», os quais «aparecem por aspiração», em vez de serem «construídos *manu militari*, com intercadências de herança política» (p. 177). Se todos os impérios tradicionais soçobraram, já aos mais recentes, em constituição, diferentemente do que a ideologia associada à projeção das vontades defende como correspondendo a um desígnio inelutável da história, cabe aplicar o princípio segundo o qual «é imprevisível o curso dos acontecimentos, mesmo em escala reduzida» (p. 177). Nesta tipologia, ainda com maior efeito, dado o pendor puramente subjetivo das formas de legitimação. Tal serve, por conseguinte, para moderar a ideia justificatória de que a formação de blocos será um caminho seguro para garantir uma paz duradoura. O autor recorre ao exemplo do *Titanic* para sugerir os perigos da megalomania e lembrar a presença de icebergues no processo de uniformização universalista, na forma de «um resíduo de importância variável, mas sempre importante, da mentalidade nacionalista, porventura até em seu aspeto belígero, mais ou menos consciente» (p. 177).

Reforça esta leitura com uma consideração sobre a coexistência de dois movimentos contraditórios em tal processo, que à distância se aparenta à noção, proposta por Jürgen Habermas, duas décadas depois, de zonas de colonização da modernidade pela pré-modernidade: «Dir-se-ia haver um longo tempo de reacção colectiva, como há na psicologia individual; e de aí advêm formas de hibridismo retardador e incómodo, porque se verifica no espaço e no tempo» (p. 177). Ora, concluí, se o nacionalismo fragmentador

carrega um princípio de mentalidade tribal, esse hibridismo tem antecedentes que não são apenas imediatamente prévios à formação dos blocos, mas encontram-se já em ação na própria dinâmica de afirmação e queda dos impérios antigos. A percepção de tais movimentos, diferenciados e contraditórios, a animarem a História, não o conduzem a propor uma fórmula resolutória, que prescreva ao real um sentido ideal, mesmo numa versão moderada, como a de Kant, no seu *Projeto de Paz Perpétua*, em torno da transparência da enunciação verdadeira, ou a de Habermas, relativa a um tipo de ação que, por ser comunicativa, promove os consensos, ou ainda a de um equilíbrio de forças como na *Realpolitik* original. Antes assume um olhar de espetador de um processo que, por ter fundamento antropológico, tende a repetir as mesmas condições, e avança com um critério de entidade, o da individualidade como substrato, suscetível de ser realmente afetado pelo agir alheio, no plano ôntico mais radical da vida e da morte, contraposto ao «valor de uma concepção» (p. 195), inevitavelmente, abstrata e falível. Desta forma, mais do que ficar pelo domínio da política, reorienta a questão para o binómio antropológico constituído por poder e liberdade, de modo a contrapor às aspirações de alguns, confundida com uma vontade de poder extrema, a aspiração de todos, a da liberdade.

É, assim, que a sua derradeira mensagem, dirigida aos leitores da *Seara Nova*, consiste na explicitação de uma constante antropológica, profundamente metafísica, profundamente paradoxal, a qual se lhe afigura verdadeiramente digna de ser salvaguardada: «Enganado, iludido, atraído, ludibriado, o homem não deixará em caso algum e sempre que possa de lutar pela liberdade, mesmo sem saber se conseguirá alcançá-la» (p. 177). Mostra-se nesta visão pragmática do peso do poder e do carácter infundável da História, uma maneira típica de perspetivar a interação entre poder e liberdade, que remonta aos Cínicos, e que encontra, porventura, a sua expressão acabada na filosofia de Michel Foucault, se nela se reconhecer, menos o absolutismo da dominação, que o jogo infinito entre a liberdade e o poder.

Em contrapartida, o modo como o nosso autor orienta esse fundo metafísico, para a defesa da integralidade dos indivíduos, supõe um outro posicionamento, próximo do Individualismo moderno, de feição humanista, racionalista e iluminista. Esse alinhamento, tal como o uso da respetiva constelação de conceitos para argumentar a favor do valor último do indivíduo, não em oposição ao coletivo, mas enquanto condição material da possibilidade desse mesmo composto, já estava consolidado nos três «Esquemas» que publicou em diferentes números de 1933, ano fatídico da chegada dos

Nazis ao poder, com inequívoco impacto no nosso autor, como já referimos. A argumentação nos três contributos, como na maioria dos textos analisados, assenta na diferenciação entre dois planos, com peso existencial diverso, o da *ordo idearum* e o da *ordo rerum*, expressões que são objeto de esclarecimento num artigo publicado na *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, em 1937.²⁶

O primeiro *Esquema* sai no número 360, de 19 de outubro, com o título «Divagação Preliminar», sugerindo, ao mesmo tempo, a amplitude do tema tratado e a previsão de sequelas. Pretende contrariar várias posições, dominantes no contexto vigente, mostrando a respetiva incongruência e evidenciando os prejuízos humanos que delas decorrem: «Primado da acção sobre o pensamento, diminuição do valor e significado do indivíduo perante a colectividade, subordinação da idealidade a certas realidades imediatas, em especial necessidades materiais, forma sistemática de disciplina social, são aspetos sobressalientes da vida de muitos povos» (p. 374).

Desde logo, ataca o irrealismo da tentativa de impor uma moral ao indivíduo e à coletividade, como se de uma necessidade metafísica, inerente ao progresso da História, se tratasse, que julga tão só mais uma manifestação da mesma vontade insana de poder, habituada a usar a incúria da realidade para melhor condicioná-la. Significativamente, dá como exemplo da permanência desta má-fé teórico-prática a «teoria rácica, hoje florescente, aquela doutrina ao mesmo tempo simples e profunda, que espera salvar o mundo esborrachando o semita, e anda a medir narizes para encontrar o ária puro» (p. 374), para salientar que, em matéria de poder, o conceito abstrato de progresso, para além de ser ilusório, constitui argumento pernicioso. A este propósito, invoca o pessimismo de Frei Luís de Sousa, no que retoma a memória de outra época de infelicidade nacional, para lembrar que, não obstante, mesmo ele «sabe que obediência, hierarquia, respeito são utilíssimos, são necessários, mas limitados, sempre, condicionados sempre, dependentes sempre de justificação racional» (p. 374).

Ora, se a racionalidade é critério decisivo da qualidade da ação e limite efetivo do exercício indiscriminado do poder, a segunda posição que julga caber criticar é aquela que nega o interesse efetivo da razão quando se trata de agir. Nela, identifica um duplo enunciado: um segue a «moda filosófica de proscrever a razão – degradando-a primeiro – em nome da intuição, hipertrofiada e erguida em relevo místico» (p. 374), agora com

²⁶ *OF*, I, p.451 e ss.

um argumento específico à política, o de que «as multidões não se movem por ideação pura»; outro consiste em «afirmar o primado da ação sobre o pensamento» (p. 374). Se o primeiro se lhe afigura já contestado pela exigência de justificação dos motivos e pela forma declarativa da defesa da irracionalidade, a qual supõe a racionalidade da enunciação e do enunciado, o segundo surge-lhe como mais preocupante. Como explicita, «o primado da acção, irrealizável e até incompreensível, como a experiência não orientada por hipótese prévia, quasi sempre vem redundar no enfraquecimento da ideia orientadora e, portanto, da acção desenvolvida; porque deve ambicionar-se o máximo e realizar firmemente o possível» (p. 374). Para si, portanto, a ação pela ação é tese oportunista, que não só carece do aparato justificador que serviria para validá-la em razão, como redonda num estratagema, destinado a substituir à razoabilidade requerida a vontade de poder discricionária de quem está em condições de exercê-la.

Por isso, contrapõe a toda esta ideologia da permanente «esquina da História», em curso em cada presente no qual se vê proclamada, e que se perspectiva sempre como progressivo, justificando *per se* os fins e os meios impostos, uma fórmula de mútuo equilíbrio, em que o pendor utópico do ideado acabe moderado pelo realismo resultante da combinação do conhecimento do contexto, da compreensão dos limites do próprio agir e da prática de uma ética do respeito dos indivíduos, cuja sacralidade afirma encontrar nos valores do próprio Cristianismo. Reata, então, com a figura de Sócrates, perante os juízes, tal como nos é apresentada por Platão, na sua *Apologia*, para introduzir a ideia de uma consciência social crítica, destinada a aplicar critérios de razoabilidade e a defender os direitos inalienáveis do indivíduo concreto contra os abusos do coletivo: «É útil, é necessário que os não-idólatras procurem caminhar sem o perigo de confundir as ideias, embrulhar as atitudes, misturar os cultos, e ficar ao termo da viagem muito surpresos do que fizeram» (p. 375). Prevê, por fim, como garantia de tal atitude, e seguindo a analogia com uma partida desportiva, a necessidade de «que haja também, no meio da multidão, alguns, embora poucos – que vêm sem correr, sem vibrar e sem lucrar. Só daí podem sair os juízes do campo» (p. 375).

Na importância que confere à formação desse escol intelectual, que representaria uma espécie de consciência moral última da sociedade, guardiã de princípios e valores racionais e árbitra da legitimidade dos poderes, aproxima-se de idêntica posição, expressa por Raul Proença na declaração de intenções com que se inaugura o primeiro número da Seara Nova, em 15 de outubro de 1921, aventando mais uma convergência: «A Seara

Nova representa o esforço de alguns intelectuais, alheados dos partidos políticos mas não da vida política, para que se erga, acima do miserável circo onde se debatem os interesses inconfessáveis das clientelas e das oligarquias plutocráticas, uma atmosfera mais pura em que se faça ouvir o protesto das mais altas consciências, e em que se formulem e imponham, por uma propaganda larga e profunda, as reformas necessárias à vida nacional. [...] Todo o país tem de aceitar a responsabilidade que lhe cabe no desastre colectivo; todo o país e em especial a sua *elite*. [...] Em última análise, é ela a maior responsável, porque constitui aquela parte da consciência duma nação que deveria ser a última a desfalecer ou a corromper-se [...] fazendo do sacrifício o seu prazer mais elevado e da dedicação pelo bem geral o seu mais alto privilégio» (p. 1).

É à defesa do individualismo humanista que regressa no *Esquema* publicado no número 361, de 26 de outubro, com o título «Fórmula e flâmula». O texto visa contestar a posição, de tonalidade hegeliana, que anima recorrentemente os defensores das ditaduras de Estado, segundo a qual o indivíduo é uma abstração. Trata-se, a seu ver, de mera bandeira propagandística, o que justifica o intitulado, mas que, pela forma como ecoa e condiciona a prática social e política, merece ver-se desmontada. Constitui, por isso, um exemplo do modo como usa a análise filosófica para desconstruir uma certeza do senso-comum, com aparência de teoria firmada, densificando epistemologicamente a ideia veiculada até ao ponto em que essa evidência implode, e, assim, fazendo da técnica filosófica uma arma contra os efeitos de produtos propagandísticos, como explicita aliás no final do artigo: «importa iluminar os fantasmas de ideias, para mostrar que os “procuradores da realidade” desconhecem o que julgam ou pretendem representar, e que suas fórmulas aparentemente sintéticas não passam de flâmulas de combate desordenado, de acção violenta mas perigosa e sem rumo» (p. 6). Esta exigência adquire ainda maior relevo pelas consequências políticas diretas, na medida em que «os anti-individualistas [...] praticamente caem na degradação dos homens e na idolatria de um homem ou de poucos homens» (p. 7) A estratégia que norteia o texto é, assim, a de inverter progressivamente a suposição de partida, estabelecendo, de modo consistente, a realidade dos indivíduos, em face da qual é a sociedade que surge abstrata.

Vieira de Almeida começa por mostrar que, em todas as acções em que se possa tomar a ideia de que o indivíduo é uma abstração, a existência do que se pretende infirmar, ou seja, o indivíduo, acaba sempre afirmada. Condição nominalista, decorrente do funcionamento da linguagem, reconhece, mas que, a seu ver, tal como defendera

Schopenhauer, no final do livro *A Quadrúpla Raiz do Princípio de Razão Suficiente*, que cita, se revela, pela sua lógica, bem como pela das consequências que induz, mais pertinente do que aquela que se apresenta como realista. A senda da linguagem patenteia, ao mesmo tempo, a abstração de todo o conceito e o tipo de realidade dos entes a que se refere, o que consagra os indivíduos na sua entidade plural, isto é, na sua individualidade enquanto indivíduos concretos. Desta maneira, satisfazem-se ambas as perspectivas, a que supõe o termo indivíduo abstrato e a que considera o indivíduo real. Retira, então, uma primeira conclusão: «logo a diferença reconhecida significa uma realidade mais rica, mais condicionante, mais *individual*». A segunda, da ordem das consequências práticas, surge carregada de sarcasmo: «pelo que pode afirmar-se ter o estadista, o legislador, o pai putativo de leis ou o simples signatário de disposições legais [...] de tomar em conta, para moderar sua tendência à cajadada de pastor, que a diversidade no rebanho humano é maior do que entre ovelhas» (p. 6).

Resta-lhe ainda enfrentar o que, na afirmação em análise, faz reverter da modalidade da relação, dada a pertença dos indivíduos a coletivos, para a da existência, que se pretende estar na total dependência da primeira. Para esse efeito, estabelece, em primeiro lugar, que, por maior que seja a interação entre indivíduo e ambiente social, e, mesmo, definindo-o, na linha de Aristóteles, como animal político, se trata de «uma afirmação de tendência, que, para ser exacta, exige a realidade indivíduo, de tendência definida, sem o que não haveria objetivos nem, *a fortiori*, meios» (p. 7). Desta feita, a característica de abstração passa definitivamente do indivíduo para a sociedade, a qual «depende de e exprime os fins individuais e os meios empregados, visto como a sociedade não tem objetivo seu; de ela só pode afirmar-se uma finalidade transcendente» (p. 7). Tal deve-se a não ser a sociedade mais do que um coletivo, que, enquanto tal, não pode ter fins imanentes, nem agir de moto próprio.

Num segundo momento, reforça o significado da inversão efetuada, ao destacar uma outra implicação que, originada na linguagem, teria verificação na História. Trata-se de fazer valer a relação entre a existência do pronome «eu» e a capacitação dos indivíduos para fazerem uso próprio do ato ilocutório que lhe inere, por um lado, e, por outro, de constatar uma proporção direta entre o desenvolvimento civilizacional e a afirmação progressiva do indivíduo, de tal forma que «a finalidade inconsciente da colectividade histórica parece até ser a produção do indivíduo» (p. 7). Por fim, recorre à noção de «herói», «no sentido que Carlyle deu à palavra» (p. 7), desse modo identificando um tipo

superior de indivíduo destinado a suscitar o movimento que se mostrou ser transcendente. Não nos parece que, com esta sugestão, adira aos aspetos genéticos ou messiânicos da teoria do «grande homem», nem que subscreva a ideia de que a História se resume à biografia dos grandes homens. O que escrevemos anteriormente sobre a sua crítica a uma historiografia narrativa mostra-o. Antes, julgamos que faz uso da ideia no âmbito restrito do argumento exposto, para justificar a inércia da sociedade, carente de impulso individual, seja o do conjunto dos seus membros, seja o de certas individualidades que os lideram, não estando, contudo, totalmente descartada a eventualidade de que tenha em mente uma identificação da elite de intelectuais, referida no *Esquema* anterior, com o tipo do homem de letras. A recusa de validar uma substantivação não leva, como esclarece, a que negue «que a sociedade não é simples aglomerado de indivíduos – porque até um monte de pedras tem caracteres diversos dos de cada pedra [...] e que o interesse colectivo (para utilidade dos próprios indivíduos) prevalece sobre o interesse individual» (p. 7). Todo o esforço visa a que essa utilidade se veja constantemente considerada e que acabem expostas todas as formas de impedi-la.

O terceiro *Esquema* surge no n.º 363, de 9 de novembro, com o título sugestivo e interpelador «Que dar a César?», o que não deixa qualquer dúvida sobre o intuito interventivo. Tal como nos anteriores, o autor promove a função pragmática do discurso, recorrendo, outrossim, a um aparato argumentativo, buscado no exercício da filosofia. Estabelece, logo a abrir, uma continuidade com o *Esquema* prévio, mediante uma citação do poeta espanhol oitocentista Ramón de Campoamor, segundo o qual “esclarecer as ideias é por ordem no mundo” (p. 40). Esta declaração condensa efetivamente o sentido do propósito do autor com estes artigos, pois define o modo próprio do agir na forma pensada, a saber, aquela que ocorre por via da dilucidação do significado dos enunciados em circulação, e que assume o objetivo de contribuir para um mundo devidamente estruturado de acordo com princípios e valores razoáveis. A essa expectativa reparadora contrapõe a «atividade incoordenada e precipite do mundo atual, desenvolvida com o fim expresso de restaurar as forças do Espírito (com E maiúsculo, para nobreza do cenário)» (p. 40). A ironia que sobressai da frase entre parêntesis antecipa o trabalho de desmistificação que deverá ser levado a cabo em torno do uso estratégico de ideais, que se coartam do seu verdadeiro contexto de significação e acabam enunciados para fins que nada têm nem do que se declara, nem da elevação que se lhes atribui.

Num primeiro momento, evidencia uma versão genérica do logro, ocorrendo no âmbito cultural, em que «se vai confundindo já ideal com ambição» (p. 40), procurando fixar dois exemplares. Do domínio ficcional, retira Homais, o farmacêutico do romance de Flaubert, *Madame Bovary*, cuja vaidade e oportunismo se oferecem proporcionais à pseudociência que cultiva, para estabelecer o tipo do idealista científico. Na realidade da autoria literária, destaca a figura de René Armand François Prudhomme, dito Sully Prudhomme, primeiro prémio Nobel da Literatura em 1901, em cuja obra a Academia Sueca reconheceu um idealismo sublime e uma combinação rara de coração e intelecto, mas que o nosso autor ergue como tipo do idealista de princípios, talvez, entre outros motivos, por ter tido notícia das dificuldades que aquele sentiu em aplicá-los a uma circunstância concreta, tão relevante como foi o caso Dreyfus. O perigo que ambos apresentam manifesta-se, por conseguinte, quando passam da propagação dos seus *idola* para uma situação prática, em que detêm uma forma de poder, com a qual passam a sentir-se tentados «a varrer da face da terra os hereges da *sua* ciência, os rebeldes aos *seus* princípios», julgando-os «impenetráveis ao reconhecimento dos valores do espírito» (p. 40).

De um modo algo forçado, destaca o termo valor, mas com o claro propósito de estabelecer a passagem para um segundo momento, relativo à mistificação coletiva, produzida pelo recurso a um ideal prescritivo de grande efeito, pela apropriação do incitamento nietzscheano à inversão de valores. Diferentemente dos casos anteriores, em que a ordem dos motivos se mantinha pessoal e dependia de uma oportunidade de poder, neste, os dois planos encontram-se unidos, de tal forma que a expressão assume um alcance social e político, sendo mera palavra de ordem para processos de domínio em curso. Destes, Vieira de Almeida destaca a «deslocação de pessoas», a sujeição acrítica dos indivíduos a organizações que se apresentam como se lhe fossem superiores, a conversão de medidas em axiomas inquestionáveis, apontando significativamente «o caso actual do nacionalismo rácico alemão», a proposta de ideologias elevadas sobre uma coexistência organizada de modo superior que redundam apenas num acréscimo de sujeição, levantando, não menos significativamente, a hipótese de que «a Rússia apresente modalidade apreciável desta inversão» (p. 40), por fim, a transformação de meios em fins últimos, sendo aqui exemplo «a concepção bastarda que muitos têm deste acto: “servir”» (p. 41).

O artigo acaba com a explicitação do que julga constituir o verdadeiro significado do termo servir, em contraponto à corrente identificação do serviço com a servidão. Assentando que servir é meio, não fim, fixa a nobreza do serviço na dependência da nobreza do fim visado, ao mesmo tempo que defende que servir não equivale a obedecer, já que, dependendo das circunstâncias, «obedecer pode ser desservir» (p. 41). A partir destes esclarecimentos, pode introduzir a dupla condição de «quem sirva mandando, e de quem sirva obedecendo», extraindo uma conclusão, igualmente dupla. Por um lado, «servir é cumprir cada qual, escrupulosamente, a sua tarefa e o seu dever na vida»; por outro, servir «consiste sempre em ser livremente, conscientemente aceito como tal», pelo que cabe entender que «servis nunca poderão “servir”» (p. 41).

Apesar de parecer que terá encontrado uma solução neste entendimento, em que ecoa o discurso monárquico em torno dos deveres de estado, na realidade, *Paradoxos Sociológicos*, por exemplo, publicada em 1948, mostra que continuará a refletir sobre «o problema rousseliano [...] de conciliar a liberdade com a obediência», julgando que «é incontestável a necessidade de resolvê-lo, seja ou não possível obter solução definitiva» (OF, III, p. 122). Aí, por entre os argumentos que usa para criticar o materialismo dialético, surge uma possível justificação para que tenha defendido uma visão conformista, sem lampejo revolucionário, mesmo que inconformada e reformista, quando escreve: «Se a colectividade é real – e é, pois até onde a vista alcança nunca deixa de encontrar-se – a história nunca pode estar errada» (OF, III, p. 130).²⁷ Essa condição obsta à antecipação de uma outra história ou do seu fim, e centra toda a ação no propósito de garantir, no presente, o melhor regime. Para o efeito, supõe o mesmo ideário individualista, com que nos temos deparado neste *corpus*, e que o leva a declarar mais uma vez que «o indivíduo e seu bem-estar é o critério único para qualquer outro homem. [...] Critério único quando pensamos formular qualquer juízo de valor, que nada tem a ver com leis sociológicas».²⁸ Utopia, que o século XX chamaria burguesa, de uma vida boa, pacata e segura, conferindo um sentimento de liberdade, cuja satisfação é idealizada numa forma de liberalismo democrático, em que a dominante cultural tem a função de moderar os entusiasmos da vontade de poder e da usura materialista? Sendo, em parte, o modelo que vingou, com a experiência já acumulada, impõe-se, para nós, agora a grande questão: *quid iuris?*

²⁷ OF, III, p. 130.

²⁸ OF, III, p. 132.

UMA INFERÊNCIA FINAL

Parca e episódica, se comparada com outros legados, de Raul Proença, António Sérgio, Luís Reis, Augusto Casimiro ou Jaime Cortesão, a presença de Francisco Vieira de Almeida na *Seara Nova* traduziu-se num *corpus*, cuja riqueza de conteúdos, coerência de posições e consistência reflexiva contrariam a inconsistência com que pode aparecer a um olhar de sobrevoos. Esta nossa primeira análise confirmou que os artigos que o compõem revelam uma certa intencionalidade refletida, de segundo grau, onde avulta a retomada do criticismo socrático, conjugando filosofia e política. Por sua vez, inscrevem-se numa rede de interações com a realidade social, política e cultural da época, com outros escritos do autor, com a sua prática filosófica, apenas exemplificada, neste ensaio, em momentos escolhidos do *corpus*. Enfim, oferecem uma determinada sintonia com o que se julga constituir esse ideário fundamental partilhado pelos fundadores da revista, o «espírito seareiro». Dado o teor deste nosso ensaio, deixamos, a concluir, o esboço esquemático de alguns traços comuns, inferidos da aproximação entre os textos do autor e aqueles que serviram editorialmente de declaração de intenções, também como incentivo a trabalhos posteriores, que visem acertar o proposto, nomeadamente, pela caracterização do alcance efetivo de cada nexos e pela introdução dos pontos discordantes:

- A denúncia da demagogia, da má-fé e da mistificação ideológica e a resistência aos regimes totalitários, muito particularmente à ditadura vigente em Portugal;
- A oposição tanto ao realismo materialista, como ao idealismo metafísico, em prol de um racionalismo crítico, na teoria, razoável, na prática;
- A visão política moderada, tendencialmente democrática, republicana, mesmo quando permanece monárquica;
- A preocupação com a liberdade, os direitos e o bem-estar dos indivíduos e a consequente defesa de valores que configuram uma perspetiva humanista, iluminista e cosmopolita;
- A expectativa reformista da sociedade portuguesa no sentido da modernidade europeísta;
- A recusa da história laudatória de cariz nacionalista;
- O entendimento utopista da ação da elite cultural e a consequente confiança no contributo da forma pensada do agir para «o arco-aliança duma humanidade justa e livre,

realizando na paz vitoriosa as conquistas da inteligência e da vontade desinteressada», nas palavras de Raúl Proença (n.º 1, p. 3).

REFERÊNCIAS

AA.VV., *Vieira de Almeida, Colóquio do Centenário*, Lisboa, Departamento de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1991.

ALMEIDA, F., *Obra Filosófica*, 3 vols, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986-1988.

ANDRADE, L., «Pensamento e Atualidade: As Revistas no Século XX», *Cultura-Revista de História e Teoria das Ideias*, vol. 29, 2009, p. 21.

ANDRADE, L., *O Essencial sobre a Seara Nova*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2021.

BERNARDO, L., *O Essencial sobre Vieira de Almeida*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2008.

BERNARDO, L., “Introdução ao problema do conhecimento em Pontos de Referência de Francisco Vieira de Almeida”, *Cultura – Revista de História e Teoria das Ideias*, II Série, vol. 29, Lisboa, CHC/Húmus, pp. 33-63.

BERNARDO, L., «ALMEIDA, Francisco Vieira de», *Dicionário de Historiadores Portugueses: da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo*, Biblioteca Nacional de Portugal, 2022, pp. 1-11.

CALAFATE, P. (dir.), *História do Pensamento Filosófico Português*, vol. V, tomo 1, Lisboa, Caminho, 2000.

GANHO, M. (coord.), *Dicionário Crítico de Filosofia Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2016.

PINHO, A. et al., *Proença, Cortesão, Sérgio e o Grupo Seara Nova*, Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2015.

REIS, A., *Raul Proença: Biografia de um Intelectual Político Republicano*, 2 vols., Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2003.

http://ric.slhi.pt/Seara_Nova/revista